

**Entrevista com Professor Doutor Carlos Ceia, entrevistado pela Professora.
Doutora. Isabel Roboredo Seara.
Lisboa, 2 de Novembro de 2020.**

Entrevistado: Professor Doutor CARLOS CEIA

Professor catedrático de Estudos Ingleses da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Titular da Cátedra CIPSH Chair on Digital Humanities in Education (2020-25). Doutorou-se em Hispanic Studies, em 1993, na Universidade de Cardiff (UK). Fez a agregação em Teoria da Literatura na FCSH, em 1997. Fundador e director do ILNOVA (Instituto de Línguas da Universidade Nova de Lisboa), em 2006. Director do Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS), desde 2014, onde dirige o grupo de investigação Teacher Education and Applied Language Studies (TEALS). Coordena actualmente o Doutoramento em Didáctica das Línguas - Multilinguismo e Educação para a Cidadania Global e os Mestrados em Ensino (formação de professores da FCSH).

Entrevistadora : Professora Doutora Isabel Roboredo Seara

Professora do Departamento de Humanidades e coordenadora do Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa, na Universidade Aberta, Lisboa. É membro do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa e do Grupo de Investigação Pragmática. Discurso. Cognição (PraDiC) do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. É investigadora colaboradora da UID 4372/FCT, na qual coordena o projeto DIGITHUM do Laboratório de Educação a Distância e e-Learning (LE@D), Universidade Aberta. É doutorada em Linguística Portuguesa e desenvolve trabalho de investigação no âmbito dos estudos de pragmática, análise do discurso, retórica, epistolografia, privilegiando igualmente os estudos de comunicação mediada por computador, nomeadamente os efeitos sociais e linguísticos das tecnologias digitais.

ENTREVISTA

Na chamada de trabalhos para este número da *Revista SIGNO*, partimos da constatação que “a pandemia veio inequivocamente funcionar como um acelerador do futuro no domínio da inovação e da digitalização da sociedade e, embora sempre tenha existido alguma relutância em relação à educação online, hoje há uma consciência generalizada da importância da tecnologia e do digital para atenuar os riscos inerentes a uma situação de calamidade que são particularmente notórios em contextos educacionais”.

1. Gostaríamos que partilhasse connosco a sua experiência relativamente a esta mudança que ocorreu mais precisamente a partir de março de 2020, exemplificando com as situações vivenciadas na sua universidade, nos cursos que coordena, nomeadamente do ensino de línguas.

Em Março de 2020, fomos todos apanhados numa espécie de sismo educativo, sem tempo para pensar em soluções muito reflectidas, restando-nos o melhor improvisado possível, face à obrigatoriedade generalizada de nos colocarmos a distância para podermos ensinar e aprender. Antecipámos a grande revolução digital que muitos investigadores e agências tinham previsto para meados desta década que agora começou. Fizemo-la à força, por causa da pandemia, mas julgo que, globalmente, provámos que somos criativos e reactivos, capazes de resolver os mais complexos sistemas de educação de um dia para o outro. De um ponto de vista prático, isto significou, quer na minha Faculdade (NOVA FCSH) quer no meu Instituto de Línguas (ILNOVA) uma adopção instantânea de todos os modelos de ensino a distância e *e-Learning* que estavam disponíveis. Não houve tempo para formar ninguém. Fomos aprendendo a trabalhar com o Zoom, o Google Meet, o Microsoft Teams e o Edmodo, sobretudo estes, porque apenas conhecíamos e usávamos o Moodle. Mudámos os planos de aula, digitalizámos tudo o que pudemos, adaptámos-nos ao modo de ensino a distância, mudámos a nossa postura de sala de aula, aprendemos a falar para um monitor e a gerir os tempos de aula com um clique, esquecemo-nos de que gesticulamos para acompanhar o discurso de aula, deixámos de contar com o olhar dos alunos à nossa frente para confirmar que nos acompanham o pensamento, perdemos a capacidade de mostrar como funcionam os lábios na pronúncia dos sons especiais de uma língua e substituímos tudo isto por demonstrações de vídeos feitos à medida que entretanto descobrimos. Em suma, mudou completamente o paradigma do ensino tal como o conhecíamos e praticávamos. Estranhamente, salvo algumas excepções que sempre acontecem, a adaptação de professores e estudantes foi extraordinária. Mudámos de paradigma de um dia para o outro sem prejudicar o compromisso com o que ensinamos, mesmo nos cursos que mais perderam na passagem compulsiva do ensino presencial para o ensino a distância: os cursos de língua estrangeira, que dependem de uma interacção mais dinâmica entre o professor como modelo de proficiência oral e o estudante como receptor dessa forma modelar de expressão linguística.

2. Nestes novos contextos de ensino (síncronos, via Zoom) é possível descortinar novas dinâmicas de aprendizagem, é recorrente termos conhecimento de novos recursos, de um interesse crescente por programas síncronos para interacção oral de viva voz, de projetos de

gamificação no âmbito de algumas disciplinas, da criação de redes de partilha de conteúdos multimédia.

De que forma este aperfeiçoamento crescente no âmbito das tecnologias digitais, estes novos modelos, inclusivamente de *mobile learning* nos consciencializam para a indissociabilidade entre ensino e tecnologia? E quais os resultados expectáveis nos processos de aprendizagem?

Depois da mudança de paradigma registada no final do ano lectivo passado, o ensino no futuro não mais será o mesmo, não só porque o fenómeno de transformação digital foi global, mas também porque dele resultou uma experiência adquirida que todos irão certamente aproveitar nos anos vindouros. Todos adquirimos novas competências digitais. Resta-nos melhorá-las, aperfeiçoá-las e apostar em mais formação ao longo da vida, com a certeza de que esta vida será cada vez mais digital. Se havia alguma desconfiança pré-pandemia Covid 19 no uso de tecnologias em acções educativas, sobretudo no meio universitário, a melhor notícia que podemos ter desta experiência pandémica é a de que todos os agentes educativos perceberam finalmente que a tecnologia pode ajudar a melhorar o ensino. Quando antes se dizia que a universidade convencional de ensino em presença não tinha que se transformar numa universidade aberta especializada em ensino a distância, porque os objectivos eram (bem) diferentes e (bem) diferenciados, hoje, tenho a certeza, de que a experiência adquirida vai ser aproveitada para rever os planos estratégicos das instituições de ensino superior. Já temos alguns sinais positivos: nos últimos meses criaram-se inúmeros eventos científicos de carácter reflexivo e formativo tendo em vista o melhor conhecimento dos recursos tecnológicos ao serviço da educação, recriou-se a televisão pública para oferecer ensino pela TV a todos os alunos que não podiam e não podem ter aulas presenciais na escola, reformataram-se conferências nacionais e internacionais em encontros a distância, por videoconferência (termo que ganhou uma força imensa e que nos deve obrigar a integrá-lo em investigações futuras), disponibilizaram-se conteúdos editoriais digitais antes pagos para que pudessem ajudar quer a ensinar melhor quer a aprender melhor, estruturas governamentais adaptaram-se a novas formas de ensino, criando a Escola Digital, criando formas de avaliação a distância em contexto nacional, explodiram as ofertas de formação contínua e ao longo da vida a distância e em *e-Learning*, etc. Nunca partilhámos tanta informação de forma pública e privadamente controlada. Assim, tenho a certeza de que o futuro passará por aqui: se ensinamos agora de forma diferente do que fazíamos há um ano, ensinaremos de forma muito mais diferente no futuro, porque enriquecemos os nossos métodos de ensino e quem aprende também descobriu novas formas de aprender. Nada se vai perder? Talvez, porque o paradigma digital não está isento de riscos: pode conduzir a um falso sentimento de que a aprendizagem é mais fácil, de que o acesso à informação está garantido, de que não é necessário investir intelectualmente ou especulativamente (no sentido filosófico do termo) naquilo que são as respostas que esperam de nós. Se estivermos atentos, se soubermos moderar os usos da tecnologia nas acções, podemos melhorar substancialmente as aprendizagens de todos os níveis. É importante destacar este aspecto: a mudança de paradigma não é apenas na universidade, pois atingiu todos os níveis de ensino desde o pré-escolar, o que significa que as transformações esperadas já na próxima década tenham um efeito global. A este respeito, foi premonitório o relatório *Education 2030: The Future of Education and Skills*, instituído pela OCDE em 2015, antecipando de alguma forma as novas

competências que temos de adquirir até 2030, com a vantagem de, por causa do Covid 19, termos começado a adquiri-las já em 2020 praticamente em todos os sistemas de ensino do mundo.

3. Acredita que depois desse contexto de pandemia em que o mundo inteiro foi obrigado, num ápice, a converter-se e a tentar adaptar-se a atividades remotas inclusivamente a escolas e universidades, considera que o ensino a distância e o uso de tecnologias, em geral, vai ser encarado de maneira diferente pelos professores e académicos, especificamente no ensino de línguas , língua materna e língua estrangeira? Será que o preconceito relativamente a esta modalidade de ensino vai persistir?

Repetindo, estou hoje convicto de que assim vai ser. A pandemia obrigou-nos a uma reinvenção de todos os papéis na educação: somos hoje professores diferentes, mas também alunos diferentes e educadores diferentes. Criámos soluções praticamente para todas as situações e à medida que a pandemia avança ou recua, assim vamos adaptando o nosso ensino: presencial e a distância, presencial, a distância e mesmo agora as duas situações ao mesmo tempo para a mesma aula. Estamos a fazer isto desde o 1º ano de escolaridade no ensino básico até aos cursos de doutoramento nas universidades. A adaptação é universal, os resultados é que podem ser diferentes, mas o facto de estarmos a formar novas gerações de alunos com novas competências digitais tem que ser acompanhado de igual transformação na formação inicial de professores, para que o futuro possa contar com agentes bem preparados à partida para qualquer contingência. O futuro não vai precisar de lidar com o preconceito em relação à modalidade de ensino a distância porque o resolvemos por si mesmo quando a necessidade nos obrigou a tal. No ensino de línguas, se para o Inglês ou para o Espanhol, por exemplo, os recursos digitais de apoio ao ensino (qualquer modalidade) já tinham bandos de dados, bibliotecas digitais, centros de recursos, *websites* educacionais globais, disponíveis para quem queria ensinar e para quem queria aprender essas línguas, tornou-se evidente que outras línguas têm um atraso digital significativo. Está nesse caso o Português, e em particular o Português como língua estrangeira e/ou segunda e/ou não materna, onde há muito trabalho para fazer em termos de oferta de recursos educativos digitais. Não é por acaso que vejo hoje muitos bons projectos de investigação avançada nestas variantes, tendo em vista a construção desses recursos com base em práticas de ensino que sentem já a sua falta.

4. Se nos centrarmos no ensino de línguas, materna e estrangeiras, em contexto universitário, quais as virtualidades, as potencialidades e as limitações do ensino remoto e online?

De alguma forma, já as referi. Estamos numa fase ainda experimental do ensino digital à escala global. Tenho a certeza de que o universo de recursos disponíveis irá aumentar significativamente. É fácil prever, por exemplo, que o telemóvel, que já evoluiu de *cell phone* para a “categoria” de *smartphone*, tarde ou cedo entrará nas salas de aula não como elemento disruptor, mas como ferramenta de aprendizagem. Há já muitas teses nesse sentido, testando e desenvolvendo estratégias de ensino dinâmico, mais interactivo, mais hiperactivo e hiperligado. Há já muitas experiências de escolas totalmente digitais (há neste momento um projecto interessante com 10 escolas secundárias portuguesas, gerido pelo próprio Ministério da Educação), que tenho a convicção de vir a ser um

sucesso e mais tarde (talvez não tão tarde quanto isso) essas 10 escolas serão certamente centenas. O maior problema será sempre o de garantir que todos os estudantes têm as mesmas oportunidades de acesso ao mundo digital. Se não podemos garantir essa igualdade fora da escola nem temos como o fazer sem que a sociedade mude de forma proporcional a essa qualidade de vida, é mais fácil garantir o acesso à educação digital dentro da escola, apetrechando as escolas dos meios necessários. É um processo gradual, sem dúvida, que pode demorar uma década a concretizar-se em pleno, mas é o único caminho que faz sentido hoje. E como é que os alunos que ficam em casa pelas mais variadas boas razões podem ter acesso a uma educação digital gratuita? Para além da telescola, que já temos, é necessário apoiar programas como a disponibilização de cem mil computadores a todos os alunos dos ensinos básico e secundário, conforme previsto pelo actual Governo que dispõe de 400 milhões de euros para executar tal plano, construindo uma verdadeira Escola Digital. A outro nível, as universidades estão a construir laboratórios digitais — o meu próprio centro de investigação está a construir um (<https://www.cetaps.com/digitallab>), e um outro centro da minha Faculdade contruiu outro (<https://dhlab.fcsh.unl.pt>) e ambos servem de pilares à minha nova cátedra de Humanidades Digitais na Educação do *The International Council for Philosophy and Human Sciences*, organismo não governamental criado pela UNESCO. São sinais de que o mundo está mesmo a mudar em todos os níveis de educação. Há um grande investimento em projectos de humanidades digitais nas unidades de I&D e também nos programas de ciência mais competitivos. Se juntarmos a isso a massificação da oferta formativa que as melhores e maiores universidades do mundo estão a desenvolver, não restarão dúvidas nem restarão preconceitos em relação ao futuro que se está a desenhar rapidamente nas nossas vidas. Veja-se a oferta educativa livre em ensino remoto e online das melhores universidades americanas ou veja-se o sucesso da plataforma indiana www.edukart.com, com mais de 2000 cursos a distância de vários níveis e graus. E a globalização do ensino pode ser também local: no ILNOVA, nunca tínhamos tido oferta de ensino de línguas a distância, não só porque era um esforço suplementar para os nossos docentes, mas também porque não tínhamos sinais de que o público procurasse aprender línguas estrangeiras remotamente. Hoje tudo mudou: reforçámos o número de estudantes, com quase mil neste semestre, portanto continuando a ser a maior escola de línguas universitária de Portugal, mas incluindo muitos cursos em *e-Learning* e a distância que tiveram grande receptividade, alargando o universo de estudantes para além da Grande Lisboa e até alguns do Brasil!

5. As escolas e as universidades de quase todo o mundo não estavam efetivamente preparadas para esta súbita transição para o ensino a distância. Face à contínua apreensão de novos surtos pandémicos, cremos que será necessário ultrapassar as soluções de improviso e de emergência e pensar, de forma mais sustentada e com mais qualidade e profissionalismo, em soluções pedagogicamente mais competentes e eficazes. O que pensa do desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas, de repositórios de conteúdos, de acervos de práticas que permitam uma partilha crescente de conhecimentos? Que tendências irão emergir?

Na nossa área de actuação – as humanidades, como espaço congregador de todas as ciências sociais e humanas -, despertámos uma nova forma de entender a relação da tecnologia com a

educação e o conhecimento a que podemos chamar humanidades digitais, mas importa acrescentar que as humanidades digitais incluem um novo humanismo, tal como a educação digital deverá incluir uma nova educação. Isto implica que os valores mais elementares dos direitos humanos e dos direitos universais à educação têm que prevalecer sobre a ascensão das máquinas e de todas as formas de automatização do conhecimento. Assim, todas as infra-estruturas tecnológicas que se venham a desenvolver, todos os repositórios de conteúdos digitais que venhamos a construir, todas as bases de dados de recursos ao serviço da educação digital devem obedecer a princípios universais de uma certa ética do conhecimento e da sua partilha com os outros. Não bastará partilhar, partilhar, partilhar para definirmos o que seja a educação digital; não bastará improvisar soluções tecnológicas para nos afirmarmos como professores digitais; não bastará simularmos aulas digitais para que o nosso paradigma de ensino seja panfletariamente digital. Isto é, o caminho de evolução não passará por soluções improvisadas de uso da tecnologia na educação. É fundamental profissionalizar aquilo que aprendemos a fazer nestes últimos meses. Porque nem todos vão compreender esta necessidade, teremos certamente duas vias de desenvolvimento: uma via não profissionalizante, muito orientada para a descoberta individual e sem planificação ou supervisão, que conduzirá muitos educandos e educadores a recorrer a tecnologias digitais apenas porque as experimentaram nos últimos meses e verificaram que são minimamente competentes no seu uso – será a tendência *fashionable*: porque é moda, porque todos usam, eu também quero usar. Por outro lado, de forma mais séria e planificada, teremos um processo de desenvolvimento profissional que envolve o currículo (novos cursos, novas disciplinas, eventualmente novas escolas orientadas exclusivamente para a educação digital), as metodologias de ensino (novos cursos de formação inicial e contínua de professores e novos cursos orientados para a formação dos pais cuidadores da educação dos seus educandos – algo em que normalmente nunca pensamos, mas que muitas associações de pais já estão a promover, porque, precisamente, tomaram consciência de que também precisam de adquirir as mesmas competências digitais dos seus educandos se os quiserem acompanhar minimamente agora e no futuro) e a investigação (novas linhas de investigação, novos projectos, novos concursos competitivos, agendas institucionais adaptadas a novos programas estratégicos, etc.). É a tendência profissional, aquela em que valerá a pena investir.

6. O Professor António Dias de Figueiredo, que muito tem refletido sobre este binómio educação e tecnologia, subscreve que é essencial que a educação incorpore a tecnologia, em vez de a rejeitar, e que a transforme o seu uso recreativo e alineado num uso profissional, competente, humano e contido. Em sua opinião, como se operacionaliza esta transformação?

Como se poderá desenvolver de forma gradual a competência digital e pedagógica dos professores online no âmbito do ensino de língua(s), promovendo um trabalho verdadeiramente colaborativo?

Os professores de línguas sempre tiveram oportunidades únicas de uso de novas tecnologias em sala de aula e de recursos que complementam o ensino tradicional. É uma classe de professores que não teve dificuldade nesta mudança recente de paradigma educacional, porque já conheciam muitos dos recursos existentes. Aqui, no ensino de línguas, ao contrário de outras áreas do conhecimento, não foi necessário esperar pela construção de novos conteúdos digitais, porque muito

para além das necessidades fundamentais, tudo já estava criado. As grandes editoras já tinham as suas salas virtuais a funcionar, embora de forma paga, entidades que têm a seu cargo a divulgação das línguas nacionais já possuíam plataformas gigantescas de conteúdos como <https://www.teachingenglish.org.uk> para o Inglês, ou <https://cvc.cervantes.es/>

para o Espanhol ou <https://apprendre.tv5monde.com/fr> para o Francês, e os próprios manuais escolares já eram complementados por muitos recursos e actividades digitais. Se o professor de línguas não quis ser mais digital antes da pandemia é porque não quis ou porque não teve condições técnicas que permitissem tirar proveito de tudo aquilo que estava à sua disposição. Daqui para a frente, é preciso profissionalizar ou reprofissionalizar o professor de línguas, é preciso criar condições técnicas de acesso à Internet em todas as escolas possíveis e acesso a computadores ao maior número possível de escolas e alunos, e logo atingiremos um patamar de ensino digital muito diferente. A realidade das escolas de línguas no Ensino Superior é certamente diferente da realidade das escolas dos ensinos pré-universitários, mas a falta de condições não pode ser desculpa para a inacção, porque agora, mais do que nunca, os governos de todos os países perceberam que têm de investir na educação digital; agora mais do que nunca, não podemos perder esta vantagem de negociação por uma educação mais digital. Os orçamentos das instituições de ensino têm de incluir, de forma reforçada, o apoio à compra de software em volume, o acesso a bases de dados científicos, a formação especializada no uso de tecnologias educativas e a actualização das estruturas informáticas e de rede. Sem esse investimento institucional, que não está nas mãos dos professores nem dos estudantes, não há revolução possível e tudo o que se ganhou nestes meses perder-se-á no dia seguinte em que voltarmos ao paradigma tradicional de ensino.

7. Concebeu e viu aprovado um curso de doutoramento em Didática de Línguas – Multilinguismo e Educação para a Cidadania Global, um curso inovador, que é lecionado em parceria por duas universidades, a Universidade NOVA de Lisboa e com a Universidade Aberta, em regime de *blending learning*. Quais os estudantes que escolhem esta formação e por que razão esta modalidade de ensino desperta, cada vez, mais o interesse de um público disperso pelo mundo?

Este curso tem sido um grande sucesso e tem atraído estudantes de todo o mundo e de grande qualidade. Em primeiro lugar, julgo que tem a ver com a modalidade de ensino em *b-Learning*, que concentra uma componente presencial em 5/6 semanas e permite que todo o restante percurso possa ser feito a distância. Todos os estudantes são profissionais de ensino de línguas, em contextos muito diversos: do Brasil ao Canadá, da Europa à Ásia e a África, têm necessidade de continuar as suas carreiras e um doutoramento em Didática das Línguas ajusta-se à exigência dessas carreiras. Um caso singular é o dos leitores de Português Língua Estrangeira espalhados pelo mundo que encontraram neste programa de doutoramento um curso adequado não só às suas necessidades de formação como uma modalidade de ensino que lhes permite não abandonar o seu posto de trabalho no estrangeiro. Por outro lado, muitos sentem também a necessidade de trabalhar exclusivamente em projectos relacionados com a sala de aula, com a verdadeira didática das línguas e não em áreas de proximidade que normalmente existem nos programas em educação, mas que não se focam nos problemas de sala de aula. Pela riqueza dos projectos em curso, vemos também como muitos querem interferir positivamente no desenvolvimento curricular das línguas que ensinam, querem mudar o que

sentem que precisa de ser mudado na sala de aula ou querem melhorar os recursos existentes, sobretudo no ensino de Português Língua Estrangeira, Língua Segunda e Língua Não Materna, onde há uma clara desvantagem em relação a outras línguas. No campo dos recursos digitais, nesta subárea específica, está quase tudo por fazer. O facto de não haver, em Portugal, um curso de doutoramento tão abrangente no campo da didáctica das línguas motiva também muitos profissionais a procurar o nosso curso, que tem esgotado todas as suas edições. Contribui também para o sucesso do curso o facto de incluir o Português a par de outras línguas de especialização num mesmo curso. E posso anunciar que vamos incluir no futuro, para além do Português, Inglês, Alemão, Espanhol e Francês, a especialização em ensino das línguas clássicas (Latim e Grego), algo inédito em Portugal e talvez mesmo na Europa.

8. Por fim, gostava que nos falasse do projeto a que concorreu e que foi distinguido pelo International Council for Philosophy and Human Science, organismo não governamental criado pela UNESCO: a Cátedra de Humanidades Digitais e Ensino. No âmbito da Cátedra, como se vai proceder a articulação com as várias universidades e os centros de investigação de excelência? De que forma é que a Cátedra irá promover, ancorada em fundamentos interdisciplinares, a aplicação de projetos digitais a todos os níveis dos contextos educativos?

A Cátedra **CIPSH Chair on Digital Humanities in Education** foi aprovada pelo The International Council for Philosophy and Humanistic Studies, um organismo não-governamental criado pela UNESCO desde 1949. Acabámos de lançar o seu website em <https://www.cetaps.com/cipsh-dhedu>. A Cátedra resulta, efectivamente, de uma parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Universidade Aberta, envolvendo investigadores e projectos de vários países, instituições não académicas como o Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC, Chiado), a FCCN e o Instituto Português do Desporto e da Juventude. Também é apoiada pelo Ministério da Educação de Portugal. A base de financiamento da Cátedra reside em dois projectos digitais financiados pela FCT: Digital Humanities Laboratory: <https://dhlab.fcsh.unl.pt>), liderado pelo Professor Daniel Alves do Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH e o CETAPS Digital Laboratory: <https://www.cetaps.com/digitallab>, liderado pela Professora Fátima Vieira, vice-directora do CETAPS e vice-reitora da Universidade do Porto. Na Universidade Aberta, será também importante o trabalho desenvolvido a partir do seu laboratório UAb LE@D. Muitos outros projectos digitais existentes nas três instituições parceiras trabalharão de forma interdisciplinar para promover a sua aplicação a contextos educativos de todos os níveis. Os parceiros institucionais de vários países serão também fundamentais para a expansão da Cátedra no campo específico das humanidades digitais. A Cátedra será sobretudo um ponto de encontro de investigadores e centros de investigação em Portugal e no estrangeiro, com o interesse comum nas humanidades digitais aplicadas à educação. Organizaremos em 2021 um grande Festival das Humanidades com o objectivo de promover um maior conhecimento das Humanidades e da sua importância societal e que juntará instituições nacionais civis e governamentais — bibliotecas, escolas, universidades, rede de cafés e livrarias, teatros, ONGs, arquivos, autarquias, estabelecimentos comerciais, entre outros agentes culturais e sociais, e sobretudo a população — com actividades, ao nível nacional, durante uma semana, que promovam o interesse pelas humanidades e as suas diferentes áreas do saber, através de centenas de iniciativas,

que juntem a população, a academia e outras instituições e parceiros comerciais. Logo a seguir, estaremos envolvidos num grande encontro internacional — European Humanities and Beyond Conference (Gulbenkian, Lisboa, Maio de 2021) — durante a presidência de Portugal do Conselho da União Europeia. São dois exemplos do que podemos fazer e duas excelentes oportunidades para mostrarmos ao mundo os muitos projectos digitais em que estamos envolvidos.

Muitíssimo obrigada, estimado Professor, por esta oportunidade inestimável de partilhar a sua visão de enorme atualidade, nestes tempos tão exigentes que vivenciamos. Que o seu exemplo, impregnado de otimismo, possa inspirar cada um dos leitores da *Revista SIGNO*.